



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO

No: 160/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

C.N.P.J / CPF: 13128814000158

ATIVIDADE: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: ESTRADA DE ACESSO AO POV. CALUMBI, POV. CALUMBY, NOSSA SENHORA DO SOCORRO, SE

- Este Certificado dispensa a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, da obtenção da Licença Ambiental para a atividade de Pavimentação em paralelepípedo da via de acesso ao Povoado Calumbi, com área a ser pavimentada de 15.457,67m², localizada no município de Nossa Senhora do Socorro.
- A Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado deste Certificado.
- A Adema poderá a qualquer momento cancelar este Certificado, caso verifique desacordo entre as informações e as características reais do empreendimento/atividade sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.
- Este Certificado não exclui nem substitui outras Licenças/Autorizações exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal, com jurisdição na área.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 15:26:59 do dia 21/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-005921/TEC/CDL-0070 e Parecer Técnico PT-10093/2013-0071

Não possui data de validade

Código de controle da licença: f5b3fa0d405219e245d6d4c8cc011222

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.